



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
SEÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

PROCESSO Nº 2023.0.000010422-9

4ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 2023

ATA DE REUNIÃO

Data	29/11/2023
Início	13:30
Fim	15:30

1. Participantes

Nome	Unidade

João Ziraldo Maia	Desembargador - Presidente
Henrique Carlos de Andrade Figueira	Desembargador - Vice-Presidente e Corregedor
Peterson Barroso Simão	Desembargador
Daniela Bandeira de Freitas	Juíza de Direito
Eline Iris Rabello Garcia da Silva	Diretoria-Geral
Mariana Figueiredo Correa	Secretaria-Geral da Presidência
Lisia Alves Baganha	Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral
Alexander Moraes Rocha	Secretaria de Administração
Hugo Gonzalez dos Santos	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Renata Motta Geronimi	Secretaria de Gestão de Pessoas
Ana Luiza Claro da Silva	Secretaria Judiciária
Rodrigo da Rocha Camargos	Secretaria de Orçamento e Finanças
Michel Marchetti Kovacs	Secretaria de Tecnologia da Informação
Stefano Sales Teixeira	Coordenadoria de Comunicação Social

Convidados

Nome	Unidade
Rita de Cassia de Carvalho e Silva Marques de Abreu	Escola Judiciária Eleitoral (EJE)
Carlos Eduardo de Queiroz Pereira	Secretaria de Auditoria Interna (SAU)
Camila Nogueira da Gama de Oliveira	Secretaria de Auditoria Interna (SAU)
Soraya Previtali Morisson	Assessoria Administrativa da DG (ASSEDG)
Ismael Cristovao Moreira Cesar de Moura	Assessoria Jurídica da Secretaria-Geral da Presidência (AJUPR)
Robson Alves de Oliveira Sobrinho	Coordenadoria de Planejamento Estratégico (CPLAN)
Juliana Pedrosa Chahon Kelmanson	Assessoria Institucional da Secretaria-Geral da Presidência (ASIPRE)
Vivian Maria Nogueira Bacelar	Ouvidoria Eleitoral (OUVE)
André Luiz Trindade Rocha	Secretaria Judiciária (SJD)
Milene Gonçalves Cater	Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral (SVPCRE)
Vivian de Sá Reis	Coordenadoria de Comunicação Social (COSOC)
Luciana de Andrade Lima Hazin Lamego	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)
Fabricio Campos Batista	Coordenadoria de Soluções Corporativas (CSCOR)

Anderson Luis Ohland	Secretaria de Administração (SAD)
Suzana Martins Ramos Pinto	Assessoria de Gerenciamento de Risco e Controle Interno (ASGERI)
Tatiana de Freitas Kagohara	Assessoria de Gerenciamento de Risco e Controle Interno (ASGERI)
Patricia Ferraro de Avellar Coutinho	Assessoria de Planejamento de Eleições (ASPLEL)
Jose de Tarcio Fonseca Teixeira	Coordenadoria de Planejamento Estratégico (CPLAN)
Lucianna Brandão	Coordenadoria de Planejamento Estratégico (CPLAN)
Claudeci Elias Siqueira de Oliveira	Seção de Inteligência de Dados Estratégicos - SEDEST/CPLAN
Juliana Doro Rodrigues	Seção de Desenvolvimento de Processos Estratégicos - SEDPRO/CPLAN
Aldenir Acimen de Moraes	Seção de Desenvolvimento Estratégico Sustentável - SESTSU/CPLAN
Larissa de Matos Biajoli	Seção de Desenvolvimento de Iniciativas Estratégicas - SEDINE/CPLAN
Alyne Costa Rocha Nunes Pinto	Seção de Gestão Estratégica - SEGEST/CPLAN
Letícia Maffei Burgos Feitosa	Seção de Gestão Estratégica - SEGEST/CPLAN

2. Pauta

- Desempenho do TRE-RJ nas Metas Nacionais do CNJ até 27/11/2023;
- Desempenho da Estratégia do TRE-RJ no 3º trimestre de 2023;
- Desempenho dos Indicadores Estratégicos (IEs) vinculados às áreas e Propostas de Deliberações.

3. Descrição da reunião

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Desembargador João Zivaldo Maia, iniciou a reunião ressaltando a importância de se ter uma visão clara do que o Tribunal está fazendo, do que está dando certo e do que precisa melhorar. Ele explicou que, quando assumiu o cargo, o TRE-RJ estava em último lugar em relação aos indicadores do CNJ. Desde então, o Tribunal passou a preocupar-se mais com essas metas e melhorou seu desempenho.

O Presidente pontuou que todas as atividades do Tribunal são planejadas e projetadas para que seja possível acompanhar o desempenho em períodos regulares. Ele ressaltou que a Reunião de Análise da Estratégia (RAE) é uma oportunidade para os participantes terem uma noção exata do que o Tribunal faz em cada uma das áreas, do que já foi feito e do que está sendo proposto.

A diretora-geral do TRE-RJ, Eline, iniciou sua fala cumprimentando a todos os presentes, e, em especial o Presidente do Tribunal, Desembargador João Zivaldo Maia, aniversariante do dia; o Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira; e, o novo membro da corte, Desembargador Peterson Barroso Simão.

Eline enfatizou que o TRE-RJ vem avançando a cada ano no cumprimento de sua estratégia, bem como nos indicadores externos, a exemplo das Metas Nacionais do CNJ, mas ainda há muito a ser feito. Ela pontuou que o resultado do Tribunal em 2021 foi insatisfatório, tendo melhorado em 2022, ressaltando o trabalho que está sendo feito para que esse avanço seja consistente, a fim de apresentar bons resultados, não só para a administração, mas para a sociedade como um todo.

Eline explicou que a RAE é uma reunião objetiva, que é realizada trimestralmente, com a participação da Diretoria-Geral, dos secretários e dos assistentes de planejamento de cada secretaria do tribunal. A servidora ressaltou que na reunião são apresentados os indicadores internos e externos que medem o desempenho do tribunal, com a finalidade de acompanhar o desempenho do TRE-RJ no cumprimento de seus objetivos estratégicos. Ela pontuou que a alta administração é responsável por definir os objetivos e direcionamentos da instituição, mas que é importante apresentar as perspectivas com base em dados para que todos estejam alinhados.

A diretora-geral também mencionou que, como a instituição ainda não tem um normativo de transição sistematizado, a ideia é aproveitar esta reunião para realizar uma apresentação às autoridades presentes e mostrar como o tribunal foi durante o ano e quais são as perspectivas para o próximo exercício.

Eline dirigiu-se aos secretários, solicitando que ficassem à vontade para manter a sistemática das RAEs, ou seja, comentando os resultados que estão na faixa do insatisfatório (vermelho), e, de forma opcional, os que estão na faixa de desempenho ótimo (verde) e satisfatório (amarelo).

A diretora-geral aproveitou a oportunidade para apresentar o coordenador de Planejamento Estratégico, Robson Sobrinho, destacando que a Coordenadoria de Planejamento Estratégico (CPLAN) está vinculada à Diretoria-Geral. A seguir, a diretora-geral passou a palavra ao coordenador da CPLAN.

Após cumprimentar os desembargadores e os demais presentes na reunião, Robson pontuou que está à frente da área de governança, gestão e planejamento estratégico, avaliação e planejamento de eleições, gestão da sustentabilidade e inovação.

O coordenador enfatizou que o objetivo da RAE é dar um apanhado geral do desempenho do Tribunal nas metas nacionais, que são comparativos externos do CNJ, e na estratégia interna da instituição. O servidor apresentou a pauta da reunião. Inicialmente, informou que será apresentado o resultado alcançado pelo TRE-RJ nas metas nacionais, considerando os dados extraídos até o dia 27 de novembro. A seguir, pontuou que serão apresentados os dados relativos ao desempenho da gestão estratégica do Tribunal e dos indicadores estratégicos até o 3º trimestre de 2023, além dos processos e projetos estratégicos que sustentam o resultado da estratégia. Robson destacou que, quando necessário, serão apresentados os dados mais atualizados e as projeções para os próximos meses.

A seguir, o servidor iniciou a exposição do primeiro tópico da reunião.

- **Desempenho do TRE-RJ nas Metas Nacionais do CNJ até 27/11/2023**

Inicialmente, Robson ressaltou que para o ano de 2023 foram aprovadas quatro metas nacionais aplicáveis à Justiça Eleitoral, a saber: **Meta 1** (Julgar mais processos que os distribuídos), **Meta 2** (Julgar processos mais antigos), **Meta 4** (Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais) e **Meta 9** (Estimular a Inovação no Poder Judiciário).

Em relação à **Meta Nacional 1**, Robson destacou que, para a meta ser cumprida, o tribunal deve julgar uma quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. O coordenador informou que o TRE-RJ obteve 88.84% de cumprimento, destacando que o resultado do 1º grau foi de 122.46%; e, o do 2º grau, 41,59%. Quanto ao desempenho do 2º grau, o coordenador pontuou que o grande volume dos processos de prestação de contas impacta o resultado do Tribunal. Nesse sentido, informou que há ações em andamento com o objetivo de melhorar esse desempenho.

A diretora-geral reforçou que o resultado do 2º grau na **Meta 1** já é de conhecimento da administração e está sendo acompanhado através de um plano de trabalho que foi traçado junto com a Presidência. Pontuou que foi realizado um estudo com a colaboração do setor de estatística da Coordenadoria de Planejamento Estratégico. Dessa forma, foram estabelecidas metas de análise de prestação de contas, que estão sendo cumpridas, sendo sistematicamente acompanhadas pela Presidência. Destacou que o entrave maior é na análise, não sendo na questão da elaboração dos votos e colocação dos processos na pauta de julgamento. Informou que a previsão é acabar com o passivo referente aos processos de prestação de contas até junho de 2024.

Quanto à **Meta Nacional 2**, Robson informou que o TRE-RJ obteve 137.46% de cumprimento da meta, destacando que o 1º grau alcançou 139.23%; e, o 2º grau, 103.64%. O servidor ressaltou que o ótimo resultado do TRE-RJ na meta 2 evidencia o esforço da administração para a redução do passivo processual.

No que se refere à **Meta Nacional 4**, o objetivo é julgar, até 31/12/2023, 80% dos processos referentes às eleições de 2020 e 40% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2022, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade. Quanto aos processos referentes às eleições de 2020, Robson informou que o TRE-RJ obteve 95.43% de alcance da meta. Já com relação às eleições de 2022, o coordenador informou que o TRE-RJ obteve 83.33% de alcance da meta. O coordenador ponderou que o CNJ ainda não divulgou o Glossário da Meta 4, que é o documento que define e estabelece os critérios e as orientações necessárias para a aferição do cumprimento da meta. Dessa forma, alertou que os dados apresentados são apenas expectativas de resultado, podendo sofrer eventuais variações.

Robson destacou que em 2023 o Laboratório de Inovação do TRE-RJ ficou responsável pelo desenvolvimento dos dois projetos destacados abaixo, sendo um relacionada à **Meta Nacional 9**; e outro, ao Prêmio CNJ de Qualidade 2023:

- Divulgação de Informações sobre o Processamento de RAE (Meta 9);
- Aprimoramento da Página da Ouvidoria em Linguagem Simples (Prêmio CNJ de Qualidade 2023).

O coordenador informou que o primeiro projeto está relacionado à elaboração de vídeos e materiais informativos que detalham de forma lúdica e simplificada as principais etapas existentes entre a solicitação de um Título Eleitoral e sua efetiva disponibilização ao eleitor. Esclareceu que o objetivo é evitar que um mesmo eleitor abra múltiplos requerimentos de solicitações de título e até recorra a vários canais de comunicação (como telefone e redes sociais) para saber sobre o andamento da sua solicitação. Informou que para minimizar essa situação, o TSE até implementou uma nova ferramenta que limita a possibilidade do eleitor que já tem um requerimento eleitoral em aberto consiga realizar outra solicitação pela internet. No entanto, mesmo com essa medida, ainda se identificava uma procura do eleitor através do atendimento por telefone. Anunciou que o projeto da meta 9 está com 98% de comprimento e adiantou que a perspectiva é encerrar o projeto antes do prazo final estipulado (até o dia 31 de dezembro de 2023).

O titular da CPLAN reforçou que o outro projeto do laboratório está relacionado ao atendimento de um dos quesitos do Prêmio CNJ de Qualidade 2023 (Art. 5º, XV da Portaria nº 82 de 31/03/2023). Nesse caso, está sendo desenvolvido o projeto de estruturação da página da Ouvidoria, utilizando o conceito de linguagem simples. Assim, a ideia é disponibilizar as informações de forma mais objetiva, acessível e intuitiva, a fim de que possam ser assimiladas de forma mais rápida e efetiva pelo público. Anunciou que o projeto está com 90% de comprimento e tem previsão de encerramento antes do prazo estabelecido.

Robson reforçou que os dois projetos deveriam estar relacionados à Agenda 2030 e gerar benefícios à sociedade.

II. Desempenho da Estratégia do TRE-RJ no 3º trimestre de 2023

Robson apresentou a tabela com a evolução trimestral do desempenho geral da estratégia desde o 1º trimestre de 2022 até o 3º trimestre de 2023. O servidor destacou que os resultados do ano de 2022 estão representados no gráfico (do slide da apresentação) pela barra de cor amarela; e, os de 2023, pela azul. Ressaltou que o ideal é comparar um trimestre de um ano com o mesmo período do ano anterior, pois os indicadores estratégicos possuem periodicidade diferentes. Exemplificou que, no quarto trimestre, há um impacto de indicadores anuais e bianuais, já, no segundo trimestre, há um impacto de indicadores semestrais. Relatou que, para efeito das metas dos indicadores estratégicos, já é levado em consideração as peculiaridades dos anos eleitorais e não eleitorais. Portanto, em função das considerações acima, o comparativo mais apropriado é o de um determinado trimestre com o mesmo trimestre dos anos anteriores.

O coordenador informou que o desempenho da estratégica do TRE-RJ foi de 78.32% no 3º trimestre de 2023, acima dos 74.68% obtidos no mesmo período do ano anterior. O servidor enfatizou que, conforme destacado pelas palavras do Desembargador Zivaldo, a instituição, a partir de 2021, vem avançando na execução da Estratégia e nos seus processos de controle. A diretora-geral destacou que se percebe a evolução do Tribunal no desempenho da estratégia como um todo. Robson esclareceu que o resultado geral da estratégia é fruto da média do desempenho dos 13 objetivos estratégicos (apresentados no próximo tópico) que são compostos por indicadores estratégicos. Complementou que essa “malha” de objetivos e indicadores estratégicos são suportados por portfólio de projetos e processos estratégicos, além das ações operacionais e táticas das unidades do Tribunal.

Desempenho dos Objetivos Estratégicos – 3º trimestre de 2023	
OE 01 - Garantir os direitos da cidadania	82,26%
OE 02 – Fortalecer a relação institucional com a sociedade	95,09%
OE 03 – Aprimorar a gestão do processo eleitoral	73,45%
OE 04 – Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdiciona	84,92%
OE 05 – Combater os ilícitos eleitorais	Sem medição
OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã	94,73%
OE 07 – Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento	08 75%

institucional	70,13%
OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional	76,68%
OE 09 – Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente	41,11%
OE 10 – Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação	86,51%
OE 11 – Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	94,05%
OE 12 – Promover a transformação digital	88,20%
OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura	97,34%

O coordenador informou que há 13 projetos estratégicos em curso e destacou as iniciativas abaixo:

- Otimização da força de trabalho em processos de eleição: o projeto de grande relevância considera as futuras demandas que surgirão no fechamento do cadastro, no registro de candidatos e na prestação de contas, com a finalidade de otimizar a força de trabalho.
- Justiça Itinerante: foi uma inovação e uma marca da gestão do Desembargador João Ziraldo Maia. Já há algum tempo não havia um histórico de participação regular do TRE-RJ em ações sociais, fazendo atendimento fora do âmbito da Justiça Eleitoral. A iniciativa partiu da Justiça Federal, mas começaram a surgir vários convites, inclusive do Tribunal de Justiça.

Com relação à Justiça Itinerante, a diretora-geral expressou orgulho do projeto, destacando quando o Dr. Ziraldo assumiu demonstrou a preocupação de focar no atendimento ao cidadão.

A seguir, o Presidente do TRE-RJ discorreu sobre a redução do número de zonas eleitorais do Estado do Rio de Janeiro, em função do rezoneamento eleitoral, aprovado durante a gestão do ministro Gilmar Mendes na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O desembargador João Ziraldo Maia apontou que em alguns municípios onde não há zona eleitoral, há dificuldade de deslocamento do eleitor para ser atendido presencialmente em outra cidade. Assim, para minimizar essa questão e até resolver nos municípios pequenos, sugeriu a criação de Polos avançados, onde, de acordo com a demanda, por exemplo, uma vez por semana, seria prestado atendimento nas cidades que não possuem zona eleitoral. Com isso, concluiu que haverá um retorno da presença da Justiça Eleitoral nesses locais.

A diretora-geral informou que já propôs que a ideia acima seja absorvida dentro do projeto Justiça Itinerante. Complementou que poderia ter um calendário da ação itinerante e um outro em parceria com as prefeituras para realizar essa prestação de serviço periódica, conforme descrita pelo Presidente, sem prejuízo da adesão aos postos de inclusão digital, que é uma iniciativa prevista no Prêmio CNJ de Qualidade. mas a gente cooperação de todos os tribunais pediatras no estado do Rio de Janeiro.

Dando prosseguimento à reunião, Robson informou que há um portfólio de processos estratégicos monitorados. Destacou o processo da presidência de acompanhamento e monitoramento das análises de prestação de compras (Processar Prestação de Contas em Eleições Gerais). Pontuou que esse era um dos gargalos que o tribunal identificou a ser tratado. Dessa forma, foi estruturado um processo de monitoramento com metas. Conforme já mencionado, a expectativa é que, em junho de 2024, acabe o passivo processual de prestação de contas, que é o que acaba trazendo um grande impacto nos resultados de metas nacionais.

III. Desempenho dos Indicadores Estratégicos (IEs) vinculados às áreas e Propostas de Deliberações

Robson Sobrinho anunciou que será apresentado o quadro do desempenho dos indicadores estratégicos vinculados a cada macrounidade.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SGP					
Nome	Respon- sável	Resul- tado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desem- penho
IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional	CSINT	72,00%	70,00%	102,86%	Ótimo
IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)	SEATES	9,51%	10,00%	95,06%	Ótimo
IE 42 - Taxa de aderência ao PAC	CDESC	33,96%	55,00%	61,75%	Satisfatório
IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência	CDESC	27,27%	36,00%	75,76%	Satisfatório

IE 44 - Taxa de servidores capacitados	CDESC	32,32%	25,00%	129,28%	Ótimo
---	-------	--------	--------	----------------	--------------

Após se apresentar, a Secretária de Gestão de Pessoas, Renata Motta Geronimi, citou o nome de cada um dos 5 indicadores estratégicos vinculados à SGP (**IEs 40, 41, 42, 43 e 44**). Dessa forma, enfatizou que esses foram os parâmetros utilizados para avaliação do desempenho da gestão de pessoas.

Renata ressaltou que o bom desempenho da gestão de pessoas nas temáticas aqui apresentadas foi obtido sem prejuízo de outras ações que a secretaria atua, independente de estarem previstas no Plano Estratégico, tais como o dimensionamento da força de trabalho, que é uma temática que ganhou destaque na pesquisa do clima organizacional. Além disso, a servidora destacou que a comunicação institucional foi um fator de grande atenção apresentado na pesquisa de satisfação com o clima organizacional.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SAD					
Nome	Responsável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações	SAD	53,20%	70,00%	76,00%	Satisfatório
IE 34A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)	SAD	28,26%	67,5%	41,87%	Insatisfatório
IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD	SECGIN		30,00%		Não realizado
IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados	SEPREX	71,77%	95,00%	75,55%	Ótimo

IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico	SEGDOC	62,22%	70,00%	88,89%	Ótimo
---	--------	--------	--------	--------	-------

Após se apresentar, o titular da Secretaria de Administração, Alexander Moraes Rocha, informou que a SAD é responsável pelo monitoramento das contratações do Tribunal. Desse modo, o secretário pontuou que, apesar de a SAD não ser a dona das contratações, a unidade é responsável por alavancar o indicador de aderência do Plano de Contratações Anual (PCA). Para isso, durante o ano, a Secretaria realiza um estudo para fazer o planejamento das contratações do ano seguinte. Ele informou que o PCA para o ano de 2024 acabara de ser aprovado pelo tribunal.

Alexander relatou que foram planejadas 168 contratações para o ano de 2023. Explicou que a taxa de aderência de contratações, apesar de mostrar uma meta abaixo do esperado, não quer dizer que o Tribunal tenha sido ineficiente, pelo contrário, porque estão represadas uma série de contratações, principalmente na área de engenharia.

O secretário pontuou que o índice de contratações extra plano foi de 25%, destacando que foram mais de 40 contratações não planejadas, o que afetou o resultado do **IE 34A**. Exemplificou a contratação da obra emergencial da estrutura do teto no local de um dos elevadores do prédio da Sede do tribunal. Destacou ainda que a Nova Sede do TRE-RJ teve grande impacto nas contratações extra plano. Nesse sentido, mencionou como exemplo a compra do mobiliário para o novo local, que não estava prevista no PCA do ano de 2023. Ressaltou ainda que cada contratação extra plano afeta uma contratação que estava planejada, devido à limitação orçamentária. Com isso, a aderência do indicador é duplamente afetada.

Dessa forma, o servidor enfatizou que as contratações extra plano que tiveram que ser realizadas, como as mencionadas acima, impactaram o desempenho do **IE 34A**.

A diretora-geral relatou que, conforme recente informação repassada pela SOF, o Tribunal já está com 98% do orçamento do ano empenhado/ pré-empenho. Eline destacou que o desempenho do **IE 34A** não pode ser analisado sem levar em consideração todas as variáveis que já foram mencionadas. Dessa forma, reforçou que, devido às emergências que foram exemplificadas, o que foi planejado acaba sendo readaptado/remanejado.

Com relação ao comportamento do **IE 34A** ao longo do ano, Alexander informou que normalmente, no início de cada exercício, há uma baixa aderência, em função do tempo demandado nas etapas do processo de contratação. Em contrapartida, no último trimestre (4º) do ano, são realizadas quase 50% das contratações, o que evidencia uma diferença muito grande do quarto trimestre em relação aos demais períodos do ano.

Sobre o indicador **IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD**, a diretora-geral informou que está sendo realizado um inventário de dados para fazer a implementação da LGPD, inclusive há projeto estratégico que trata da temática. Ela passou a palavra para o Coordenador de Planejamento Estratégico, Robson Sobrinho, que deu mais detalhes

sobre o andamento do projeto.

Robson explicou que, em relação a esse projeto estratégico, houve a contratação de uma ferramenta totalmente customizada para a necessidade do Tribunal. Esclareceu que era possível realizar o inventário considerando, por exemplo, o lançamento de informações em planilhas Excel, mas isso traria para os servidores e para a instituição um custo e um esforço muito maior. Por isso, optou-se por adquirir uma ferramenta, que está sendo ajustada para as necessidades do Tribunal.

O coordenador informou que, após a conclusão da ferramenta, que está em fase final, será dado início a fase de levantamento de dados. O servidor relatou que, apesar dessa intercorrência, o projeto ainda não apresenta data de atraso e a conclusão do levantamento está prevista para terminar antes do período eleitoral, o que é importante para a instituição.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À COSOC

Nome	Respon-sável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa	SECJOR	99,27%	95,00%	104,49%	Ótimo
IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo	SECJOR	77,00%	80,00%	96,25%	Ótimo
IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais	SECAMP	2,96%	0,90%	328,68%	Ótimo

Após apresentar-se, o titular da Coordenadoria de Comunicação Social, Stefano Sales Teixeira, comentou o desempenho da COSOC no trimestre, destacando que o quadro de resultados reflete uma série de mudanças recentes (apreciadas pelo CGE) nos indicadores estratégicos vinculados à COSOC.

Stefano pontuou que esses foram os indicadores que a Coordenadoria de Comunicação Social entendeu, com validação do CGE, que seriam os mais eficazes em relação à realidade das demandas de imprensa e de redes sociais e da percepção social do trabalho desenvolvido pela Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro. Além desses dados que estão sendo analisados, o servidor informou que, o ano de 2023 tem sido de estruturação do trabalho da comunicação por conta de uma série de contratações

que foram efetivadas ao longo do exercício, colocando também no âmbito do orçamento de 2024.

Nesse sentido, o coordenador destacou que a intenção é trazer o trabalho da comunicação para o século XXI, incluindo, por exemplo, monitoramento de redes sociais. Pontuou que o objetivo é combater a desinformação de uma maneira mais robusta e menos reativa, para que o Tribunal e a Justiça Eleitoral como um todo não fique dependente das demandas de imprensa. A ideia é evitar, por exemplo, como acontece muitas vezes, tomar conhecimento de fatos quando já alcançaram escala no âmbito digital, sem tempo hábil de uma ação mais efetiva.

Desse modo, o servidor enfatizou que há a possibilidade de fazer um trabalho mais preventivo e combativo, que permita efetivamente fazer com que a Justiça Eleitoral paute os debates, evitando agir de maneira reativa, como aconteceu em 2022, por conta dos ataques que afetaram a Justiça Eleitoral, não só o TRE-RJ.

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Desembargador João Ziraldo Maia, acrescentou que solicitou que esse trabalho continue e que a coordenadoria dê atenção nos próximos meses à inserção de notas em jornais e rádios, inclusive do interior, chamando o eleitorado para se cadastrar e realizar alteração do local de votação, a fim de que se evite ao máximo as enormes filas do período de fechamento de cadastro.

O Presidente continuou comentando sobre os indicadores estratégicos vinculados à COSOC, destacando que, dentre os ótimos resultados expostos, o pior foi o **IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo**. Nesse sentido, fez algumas considerações, como o fato de muitas vezes a resposta está pública no processo.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À DG

Nome	Responsável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário	CPLAN	82,26%	100%	82,26%	Ótimo
IE 09 - Taxa de aperfeiçoamento dos processos eleitorais	ASPLEL	8,00	6,70	119,4%	Ótimo

IE 10 - Taxa de aderência dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições	ASPLEL		50%		Indicador em revisão
IE 11 - Taxa de aderência ao PIE	ASPLEL				Suspenso
IE 26 - Índice de aprimoramento da governança institucional	CPLAN	64,20%	67,20%	95,54%	Satisfatório
IE 27 - Taxa de Maturidade da Execução da Estratégia	CPLAN	27,22%	15,00%	181,48%	Ótimo
IE 28 - Taxa de processos críticos com riscos geridos	ASGERI		20%		Não realizado
IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos	ASGEIR	40%	35,00%	114,29%	Ótimo

A diretora-geral, Eline, iniciou a exposição dos resultados dos indicadores estratégicos vinculados à Diretoria-Geral, comentando que o Tribunal está muito bem em relação ao **IE 01**, mas que irá se ater aos indicadores que não estão com desempenho classificado na faixa do ótimo.

Nesse sentido, informou que o **IE 10 - Taxa de aderência dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições** está em processo de revisão. Explicou que, no âmbito desse indicador, foi feito um grande esforço para publicar o planejamento um ano antes das próximas eleições. Esclareceu que, após cada eleição, é realizada a avaliação do que foi feito para já começar o planejamento da eleição seguinte, ou seja, em resumo, é um calendário que é contínuo. Complementou que, a partir dessa avaliação das eleições, são traçados planos de ação para solucionar determinados pontos, por exemplo, melhoria na comunicação, na transferência de dados, no treinamento de mesários, etc.

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Desembargador João Ziraldo Maia, destacou uma questão observada nas eleições de 2022, que foi o excesso de filas. A Secretária da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral, Lísia Baganha, informou que, com base nesses dados da última eleição, um dos planos de ação que envolve diretamente a corregedoria é fazer a análise do quantitativo de eleitores por seção eleitoral. Acrescentou que, vários casos onde houve muitas filas foram em seções com grande concentração de eleitores. Assim, esse estudo foi feito para verificar a possibilidade de reduzir a quantidade de eleitores nessas seções, com a criação de novas seções ou transferência de eleitores para outras seções já existentes.

A diretora-geral reforçou que, além das próximas eleições, as ações visam ainda a redução das filas nas

eleições gerais de 2026, em que serão 6 cargos para o eleitor registrar os votos (presidente, dois senadores, governador, deputado estadual e deputado federal). Nesse sentido, informou que há um trabalho sendo realizado, a partir do final das eleições de 2022, em relação ao comportamento das seções eleitorais, que vai desde a idade do eleitor, instrução, dentre outros. Destacou a contribuição da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), além de vários outros setores do tribunal, bem como a participação ativa da Vice-Presidência e Corregedoria nesse trabalho.

Com relação ao **IE 11 - Taxa de aderência ao PIE**, a diretora-geral explicou que o indicador estava suspenso, porém, como o Plano Integrado de Eleições foi recentemente aprovado, o indicador voltará a ser medido no quarto trimestre deste ano, lembrando que a presente reunião está tratando dos dados até o terceiro trimestre.

No que se refere ao **IE 28 - Taxa de processos críticos com riscos geridos**, a diretora-geral explicou que a medição ainda não está sendo realizada, pois está pendente a definição dos processos críticos do tribunal. Eline apresentou a equipe da Assessoria de Gerenciamento de Riscos e informou que, para não depender desse mapeamento, a revisão do indicador está sendo analisada. Ressaltou ainda que o Tribunal já está avançando na atuação da Gestão de Riscos, mas é necessário ainda alavancar duas questões que irão caminhar junto, a governança e a integridade.

O titular da CPLAN, Robson Sobrinho, complementou as informações sobre os indicadores relacionados às eleições. Com relação ao PIE, conforme apontado pela diretora-geral, Robson ressaltou que foi elaborado um plano robusto que é um grande orientador para toda a instituição em relação às atividades a serem desenvolvidas. Seguem abaixo os dados sobre o PIE 2024 apresentados pelo coordenador:

- Foram 11 grupos que consideram todos os processos de trabalho presentes na cadeia de valor da instituição. Os grupos envolveram mais de 79 unidades.
- Estão previstas 263 entregas e mais de 1.176 tarefas.
- Com a aprovação do PIE 2024 em 16 de outubro de 2023 (Aviso GP nº 48/2023), inicia-se o monitoramento das entregas, bem como as ações previstas para serem executadas.

Uma vez encerrado o período eleitoral, Robson informou que a instituição avalia qual foi o desempenho em relação ao que foi planejado e executado e quais são os pontos de atenção e os de melhoria. Essa avaliação vem normalmente das zonas eleitorais, mas qualquer servidor da instituição, inclusive magistrados, pode avaliar. A partir da Avaliação das Eleições, o portfólio de ações é estruturado, sendo avaliado e priorizado pela alta administração. Assim, as ações do portfólio priorizado são implementadas até a próxima eleição. Além disso, há os projetos de melhorias de processo, que serão implementados até a eleição seguinte.

Após as discussões em torno do PIE (Plano Integrado das Eleições), foi apresentada proposta de deliberação para retorno da medição do **IE 11**, a partir do 4º Trimestre de 2023. O CGE aprovou a deliberação.

Deliberação aprovada pelo CGE

1. Aprovar o retorno da medição do IE 11 - Taxa de Aderência ao PIE, a partir do 4º Trimestre de 2023.

Justificativa: Início da execução de tarefas previstas no PIE 2024 (Processo SEI nº 2023.0.000024037-8), que foi aprovado em outubro de 2023.

Obs.: Na 1º RAE de 2023, o CGE tinha aprovado a suspensão do **IE 11** nos anos não eleitorais.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À PRESIDÊNCIA					
Nome	Responsável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do tribunal regional eleitoral do Rio de Janeiro	Ouvidoria				Suspensão
IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação	Ouvidoria	93,48%	85,00%	109,97%	Ótimo
IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria	Ouvidoria	84,45%	95,00%	88,89%	Ótimo
IE 05 - Índice da Transparência	ASESPR	94,87%	98,45%	96,36%	Satisfatório
IE 18 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau	ASJUPR				Não realizado
IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação	ASINFO				Não realizado
IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança	ASEGUR	75,54%	79,78%	94,69%	Ótimo

Foi apresentado o quadro de resultados dos indicadores estratégicos vinculados à Presidência.

A Secretária-Geral da Presidência, Mariana Figueiredo Correa, passou a palavra para o Assessor Jurídico da ASJUPR (Assessoria Jurídica da Secretaria-Geral da Presidência), Ismael Cristovão Moreira Cesar de Moura e para a assessora técnica da ASIPRE (Assessoria Institucional da Secretaria-Geral da Presidência), Juliana Pedrosa Chahon Kelmanson, para falarem sobre os indicadores estratégicos vinculados à Presidência.

Sobre o **IE 18 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau**, Ismael explicou que a fórmula de cálculo do indicador, que integra o **OE 05 – Combater os ilícitos eleitorais**, está sendo construída. O servidor informou que, em primeiro lugar, foi delimitado quais seriam os tipos de processo que deveriam merecer um acompanhamento mais de perto. Pontuou que foram definidos os três eixos abaixo:

- processos prioritários: que tratam dos ilícitos eleitorais que levam a cassação.
- processos de prestação de contas: tanto no que diz respeito às contas anuais de partido quanto as de campanha eleitorais. Em razão da subvenção pública acentuada há um volume muito grande de recursos públicos nas campanhas para financiamento de partidos.
- processos criminais: considerando os processos criminais eleitorais propriamente ditos e aqueles que acabaram sendo encaminhados e absorvidos pela Justiça Eleitoral em função de decisão do Supremo, em relação aos crimes comuns conexos no bojo da Lava Jato. Obs.: Vários dos processos da Lava Jato foram remetidos à competência da Justiça Eleitoral, tanto de competência originária quanto de 1º grau.

O assessor jurídico ponderou que, após a definição desses três eixos, foram estabelecidas as classes processuais propriamente ditas que seriam abrangidas por cada eixo. No momento da medição do indicador, informou que foram encontrados problemas no que diz respeito à fidedignidade dos dados. Relatou que a Seção de Inteligência de Dados Estratégicos forneceu alguns dados de quantitativos de processo. No entanto, foi necessária a conferência desses dados. Com isso, informou que o assistente de planejamento da Secretaria Judiciária da Secretaria-Geral da Presidência solicitou à STI um outro mecanismo para extração de dados. Assim, ressaltou que será agendada uma reunião para tentar resolver o problema.

Ismael exemplificou que, de agosto de 2017 até maio de 2023, foram identificados 36 recursos em processos penais eleitorais que seriam julgados no TRE-RJ, o que parece desconexo da realidade. Um novo link da TI gerou 50 processos e numa aferição que foi feita no âmbito da própria ASJUPR com o metabase foram identificados 58 processos. Acrescentou que, no que diz respeito às prestações de contas de campanha de candidatos não eleitos de competência originária, foram identificados 219 processos e o link da TI gerou 653 processos.

Desse modo, o servidor concluiu que a perspectiva é justamente conseguir primeiro sanar esses dados para se ter uma realidade mais concreta e, a partir daí, será possível avaliar a proposta de eliminação de algumas variáveis da composição do cálculo do indicador. Tal proposta consiste em identificar

algumas classes que têm um número muito pequeno de processos, por exemplo, apenas dois processos no semestre, pois o julgamento de apenas um deles acabaria gerando uma distorção muito acentuada.

Juliana Chahon continuou a explanação sobre os indicadores estratégicos da Presidência. Com relação ao indicador comentado pelo servidor Ismael Cristóvão e aos demais indicadores relativos à prestação jurisdicional, destacou que no final o objetivo é o atingimento das metas do CNJ. Assim, esclareceu que a ideia nunca é criar um indicador e estabelecer uma meta interna que se consiga atingir um desempenho classificado como ótimo e eventualmente não atinja as metas do CNJ. Por isso, às vezes há uma demora na implementação desses indicadores.

Quanto ao **IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação**, a servidora informou que a medição do indicador depende da definição dos processos críticos. Acrescentou que posteriormente será realizada a avaliação de quais serão os serviços de tecnologia da informação que vão dar suporte a esses riscos.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À VPCRE					
Nome	Respon- sável	Resul- tado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempe- nho
IE 06 - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital	CSORI	39,16%	95,00%	41,22%	Insatisfatório
IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência	SVPCRE	90,91%	60,00%	151,52%	Ótimo
IE 08 - Taxa de mesários voluntários	SEPLAT	72,57%	50,00%	145,14%	Ótimo
IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau	SVPCRE	207,79%	100,00%	207,79%	Ótimo
IE 15 - Taxa de congestionamento líquida	SVPCRE	201,18%	31,00%	107,81%	Ótimo

de feitos judiciais – 1º grau	SVPCRE	27,46%	31,77%	107,84%	Quinto
IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau	SVPCRE				Não realizado

Com relação à exposição do resultado dos indicadores estratégicos vinculados à VPCRE, Lisia Alves, Secretária da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral, iniciou comentando a respeito do **IE 06 - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital**, que apresentou status insatisfatório. Pontuou que a unidade identificou uma distorção na construção do indicador, que ocorreu num período ainda de um resquício de pandemia. Na época, como o atendimento ainda não estava 100% no balcão dos cartórios, o objetivo era que os eleitores fizessem o requerimento de forma digital. No entanto, atualmente há um outro panorama, pois além de os cartórios já estarem atendendo presencialmente, houve ainda a retomada da coleta biométrica. Com isso, o eleitor que ainda não tem os dados biométricos coletados precisa necessariamente dirigir-se presencialmente ao cartório para coletar a biometria.

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Desembargador João Ziraldo Maia, perguntou se, mesmo que o eleitor tenha biometria coletada pelo Detran, ele tem que comparecer no cartório para coletar a biometria. Lisia Alves respondeu que esses dados só são efetivamente incorporados ao cadastro eleitoral depois de um batimento que o TSE faz e de uma validação na urna. Na última eleição, foi feita a validação de um pacote, mas, após, há ainda algumas importações que não estão validadas. Porém, foi assinada a continuidade do convênio entre o TSE e o Governo do Estado, e as importações continuarão. Há ainda um período de batimento que o TSE faz e que muitas vezes demora um pouco para que essas biometrias sejam incorporadas. Assim, enquanto esse batimento não é feito, é necessário coletar a biometria se o eleitor comparecer ao cartório eleitoral.

A diretora-geral, Eline, acrescentou que, hoje se faz essa validação da biometria no dia da eleição. No entanto, ressaltou que há os problemas que foram relatados em relação às filas. Informou que em São Paulo há um projeto muito bom de validação da biometria no PoupaTempo, e por outras formas, como Totens. Esse formato está em estudo no âmbito de todos os regionais para que se possa fazer isso de uma maneira uniforme.

Quanto ao **IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência**, Lisia informou que, no ano passado, foi implementado o *ranking* das zonas eleitorais e foi realizada a premiação das ZEs que alcançaram selo ouro. Ressaltou que o Tribunal vem apresentando um bom percentual de eficiência das zonas, considerando os critérios estabelecidos no Ranking. Acrescentou que já está sendo pensada uma reestruturação do Ranking, para trazer novos critérios e medições, a fim de que seja sempre desafiador. Desse modo, espera-se que as ZEs estejam sempre se aprimorando e isso possa refletir no atendimento ao eleitorado.

Sobre o **IE 08 - Taxa de mesários voluntários**, Lisia destacou o desempenho ótimo, além da continuidade com os convênios, inclusive com as faculdades, para tentar cada vez mais trabalhar com a

maior quantidade possível de mesários efetivamente voluntários, a fim de que não seja necessário convocar pessoas que não queiram trabalhar como mesários.

Em relação ao **IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau**, a secretária da Vice-Presidência e Corregedoria destacou o bom resultado do indicador e aproveitou para trazer um comparativo divulgado no relatório **Justiça em Números**. Com base nesse relatório, consegue-se perceber que o Rio de Janeiro tem um percentual bem elevado de taxa de atendimento à demanda, apresentando ótimo desempenho global, com 173%, e no 1º grau, com 415%. A servidora concluiu que, desse modo, tanto o desempenho geral do tribunal, quanto o desempenho do primeiro grau estão excelentes, com ótimo destaque no comparativo com os demais tribunais eleitorais de grande porte.

No que se refere ao **IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau**, Lisia informou que também se encontra no relatório citado anteriormente e lembrou que, nesse caso, o percentual obtido é do tipo “quanto menor, melhor”, pois mede o congestionamento dos processos. A servidora pontuou que o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro também vem se destacando no comparativo com os tribunais de grande porte, obtendo um bom percentual de taxa de congestionamento, apresentando o menor deles, além de o resultado do primeiro grau também apresentar ótimo desempenho, com 37% de taxa de congestionamento.

O Presidente, Desembargador João Ziraldo Maia, lembrou que, no Encontro do de Corregedores Eleitorais do Brasil, percebeu a diferença do número de zonas eleitorais, eleitorado e demanda processual de tribunais eleitorais de Estados menores, tal como o Amapá e Roraima. Assim, concluiu que a nossa referência comparativa é sempre os tribunais de grande porte.

Lisia Alves enfatizou que, embora os indicadores acima tenham tido excelentes resultados, há um grande desafio pela frente, que são as eleições municipais de 2024, na qual haverá um alto número de demandas processuais nos cartórios eleitorais. Nessa perspectiva, destacou que a VPCRE está trabalhando para dar todo o suporte para as zonas eleitorais manterem um bom desempenho.

Por fim, quanto ao **IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau**, Lisia pontuou que está no aguardo da finalização dos procedimentos de medição do indicador de responsabilidade da Presidência (**IE 18 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º grau**), para conseguir aproveitar a mesma lógica para iniciar a medição no âmbito do 1º grau.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SJD

Nome	Respon- sável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho

IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau	SJD	231,29%	100,00%	231,29%	Ótimo
IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau	SJD	74,09%	52,79%	59,66%	Satisfatório

Foi apresentado o quadro com os resultados dos indicadores vinculados à SJD.

A titular da Secretaria Judiciária, Ana Luiza Claro da Silva, explicou que a SJD faz o processamento dos feitos de competência originária do 2º grau e também dos recursos.

A servidora destacou o desempenho ótimo do **IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau**.

Quanto ao **IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau**, a secretária pontuou que o desempenho está na faixa do satisfatório devido a alguns fatores já comentados no momento da análise dos indicadores estratégicos da Presidência. Reforçou que o principal “gargalo” são os processos de prestação de contas, esclarecendo que há um trabalho em andamento para resolver a questão até junho de 2024.

Ana Luiza pontuou que há mais de 1(um) ano a Secretaria Judiciária trabalha com dados. Nesse sentido, informou que os *dashboards* são analisados a cada 15 dias e sistematicamente reportados à Presidência.

A servidora informou também que atualmente a SJD consegue medir a produtividade de cada servidor da secretaria. Acrescentou que, no âmbito interno, há um prazo máximo em que o processo pode ficar na unidade.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SSG

Nome	Responsável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 56A - Taxa de unidades com infraestrutura adequada	COENG	19,57%	17,80%	109,92%	Ótimo

Foi apresentado o quadro com o resultado do indicador vinculado à Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais.

Após apresentar-se, o Secretário da SSG, Hugo Gonzalez dos Santos, destacou o trabalho da secretaria frente ao atendimento das demandas emergenciais e também das decorrentes da nova Sede do tribunal, conforme já mencionado pelo titular da SAD.

A diretora-geral, Eline, fez um adendo, informando que um dos projetos estratégicos tem a ver com a infraestrutura imobiliária do Tribunal. Esclareceu que, em relação à infraestrutura do Tribunal, estão incluídos a nova sede, o NUAD-Caju, que é uma área muito sensível, o Núcleo da Rodrigues Alves e toda a estrutura das zonas eleitorais. Nesse sentido, Eline explicou que a ideia não é atuar em sequência; e sim, concomitantemente, em cada um desses setores. Pontuou que tem obtido um bom retorno das zonas eleitorais no atendimento das soluções de manutenção.

Eline ressaltou que uma questão muito importante é em relação ao local de funcionamento das zonas eleitorais. Nesse sentido, há uma diversidade em termos de estrutura imobiliária muito grande, com zonas eleitorais funcionando dentro de Fóruns, outras, em Polo Eleitoral, dentre outros. A diretora-geral destacou que, tendo em vista o processo judicial eletrônico e o encolhimento da estrutura, na medida do possível, considera-se colocar a estrutura das zonas eleitorais nos Fóruns.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À STI

Nome	Responsável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 12 - Taxa de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria	COSEL	88,46%	87,00%	101,68%	Ótimo
IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC	COINF	99,66%	95,50%	104,37%	Ótimo
IE 51 - Índice de governança de TIC	STI	78,65%	65,00%	121%	Ótimo
IE 52 - Taxa de satisfação dos usuários de TIC	STI	95,21%	80,00%	119,01%	Ótimo
IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões	COLOG	83,18%	95,00%	85,94%	Ótimo

IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI	CSCOR	25,00%	60,00%	41,67%	Insatisfatório
IE 55 - Taxa de atendimento ao Plano de Transformação Digital	STI	85,71%	75,00%	114,28%	Ótimo

Após apresentar-se, o secretário da STI, Michel Marchetti Kovacs, iniciou os comentários dos indicadores estratégicos vinculados à Secretaria de Tecnologia da Informação, destacando que a unidade tem sob sua responsabilidade um indicador com medição trimestral; e, os outros, com medições semestrais ou anuais.

O secretário teceu comentários sobre **IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC**, explicando que ele mede basicamente a disponibilidade de serviços essenciais como o SEI, e-mail, internet entre outros sistemas essenciais. Ele destacou que, apesar do bom desempenho do indicador, é possível melhorar, tendo em vista que, muitas vezes, ainda há indisponibilidade na rede e lentidão no SEI. Ressaltou também que, por conta da sede nova, o TRE-RJ está conseguindo investir em equipamentos novos de rede, também para a sede atual e as unidades administrativas. Desse modo, a expectativa é de melhora na disponibilidade da rede do Tribunal.

Em seguida, Michel Kovacs comentou a respeito do **IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI**, que apresentou resultado insatisfatório na última medição, ao final do primeiro semestre. A expectativa é de que, no final do ano, o indicador alcance um bom resultado porque historicamente, no início do exercício, há um maior volume de criação de soluções/projetos e, ao longo do ano, isso vai diminuindo e o passivo vai sendo eliminado.

A diretora-geral, Eline, acrescentou que o caso do **IE 54** é similar ao indicador de contratações. Assim, há as “contratações extra plano” e há também “soluções extra Plano”. Como exemplo, destacou que, com as eleições do Conselho Tutelar deste ano, a STI teve que parar o que estava sendo trabalhado para poder desenvolver um sistema, com o objetivo de realizar as agregações para as urnas que iam ser emprestadas para o conselho tutelar. Além das entregas relacionadas ao Conselho Tutelar, informou que houve demanda de sistematização de envio de dados ao CNJ, em que a STI, também teve que parar o que estava executando para atender a essa solicitação.

Michel continuou explicando que há o Comitê de Governança de TIC (CGovTIC), do qual faz parte a Diretora, Presidência e Vice-presidência. Informou que o Comitê realiza reuniões mensais e ressaltou que haverá um calendário anual para fazer a repriorização das soluções.

O Presidente comentou que há uma grande quantidade de sistemas, principalmente na corregedoria. Michel destacou uma entrega feita no ano, o RADAR, que é basicamente um painel disponível para todos os servidores que mostra o acervo processual, metas do CNJ. Assim, os cartórios podem entrar nessa solução e se enxergar no que eles estão atendendo nas metas do CNJ, e, desse modo, ajudar o Tribunal a alcançar as metas do TRE-RJ como um todo.

A diretora-geral lembrou que está sendo trabalhada a fase 2 do RADAR, cuja ideia é que não seja só judicial, mas também administrativo, para a primeira e segunda instâncias. Lisia acrescentou que o RADAR traz uma consulta unificada dos diversos sistemas que existem, para que o cartório tenha uma visão geral de vários sistemas em uma única tela. Eline complementou, pontuando que, quando o Juiz assume a titularidade da zona eleitoral, é bem mais transparente, pois há o panorama de como o cartório está em termos de produtividade, o que facilita muito o trabalho de monitoramento. Michel informou que o **Radar - Fase 2** irá incluir o Infodip, o Justifica e as consultas do Elo, contribuindo ainda mais para melhorar a gestão do Tribunal.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SOF

Nome	Responsável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias	SEORÇA	72,05%	80,00%	90,07%	Ótimo
IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias	SEORÇA	73,66%	80,00%	95,08%	Ótimo
IE 49 - Taxa de pagamento de empenho	SEPROG	61,58%	59,00%	104,38%	Ótimo

O Secretário de Orçamento e Finanças, Rodrigo da Rocha Camargos, apresentou-se e iniciou os comentários a respeito dos indicadores estratégicos vinculados à SOF, destacando que buscam, principalmente, o aprimoramento da gestão orçamentária.

Rodrigo pontuou que, este ano, foi realizado um acompanhamento bem de perto da gestão orçamentária, pois o Tribunal não pode mais devolver recursos. Desse modo, a secretaria vem acompanhando a execução orçamentária. O servidor pontuou que é um trabalho difícil, pois é preciso acompanhar os gastos com muito cuidado para evitar perda de recursos, já que não se pode devolver.

O secretário destacou que, recentemente, foi apurado que o Tribunal está, em termos de empenho/ pré-empenho, com 98% do orçamento. O servidor ressaltou que é um bom resultado, embora, até o final do ano, deve-se converter os pré-empenhos em empenhos, além de não ser possível estimar ao certo os resultados das licitações previstas. Rodrigo informou que nesse mesmo momento do exercício anterior, o Tribunal já havia devolvido quase dois milhões de reais, e terminou o ano de 2022 devolvendo dois

milhões e oitocentos mil reais e perdendo outros valores, justamente pela dificuldade em executar.

O servidor explicou que tem acompanhado de perto a gestão orçamentária. Eline complementou a fala do secretário da SOF ressaltando que semanalmente é feita uma reunião de acompanhamento da execução orçamentária, entre, pelo menos, a Diretoria-Geral e a Secretaria de Orçamento e Finanças, convidando também as secretarias que executam o orçamento.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SAU

Nome	Responsável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade	SAU	100,00%	60,00%	166,67%	Ótimo
IE 32 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna	SAU	61,54%	50,00%	123,08%	Ótimo

O secretário de Auditoria Interna, Carlos Eduardo de Queiroz Pereira, apresentou-se e iniciou a explanação dos indicadores vinculados à Auditoria Interna. O servidor informou que a auditoria interna é uma Instância interna de apoio à governança da organização. Destacou que o objetivo da SAU é colaborar com a gestão do tribunal, auxiliando na melhora das operações e processos de gerenciamento de risco, controle e governança.

Carlos Eduardo explicou que a auditoria interna atua por meio de auditorias avaliativas e consultivas. As auditorias avaliativas são aquelas em que as unidades são visitadas, os processos acompanhados e têm um objeto específico. A auditoria consultiva foi instituída no TRE-RJ em 2022 por meio de uma portaria. Nesse último caso, a SAU atua como colaboradora, a partir de uma demanda das próprias unidades.

O secretário pontuou que há dois indicadores vinculados à SAU, mas na verdade o radar da auditoria interna é mais amplo, envolvendo de certa forma todos os indicadores e objetivos estratégicos do Tribunal, uma vez que a Secretaria tem a atribuição de colaborar com a melhoria do desempenho desses índices.

Em relação ao **IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade**, Carlos explicou que o Tribunal conseguiu mensurar esse indicador porque foi instituído um programa de

qualidade de auditoria interna, que foi colocado em prática desde o ano passado. Ao final de cada auditoria, as unidades que foram auditadas avaliam o trabalho realizado, através de um formulário com vários quesitos. O servidor pontuou que o objetivo é aperfeiçoar a forma de trabalhar. A partir dessa experiência a secretaria está buscando para o próximo ano até aprimorar esse processo de avaliação de qualidade da auditoria interna.

Quanto ao **IE 32 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna**, o secretário destacou o ótimo desempenho do indicador é um mérito de todo Tribunal, pois quem implementa as recomendações da auditoria interna são as unidades que foram destinatárias das recomendações. Informou que cabe à auditoria interna sensibilizar as unidades, por meio da comunicação, sobre a importância do cumprimento das recomendações, colocando a SAU à disposição para auxiliar as áreas.

Carlos complementou informando que, no ano passado, a secretaria mudou, de forma inovadora, o processo de trabalho de acompanhamento de implementação das recomendações. Destacou que essa melhoria foi apresentada como exemplo de boa prática, em um Congresso do CNJ que reuniu as auditorias internas do Poder Judiciário.

O titular da Auditoria Interna também destacou a premiação recebida pela SAU no Congresso Brasileiro de Auditoria Interna, que ocorreu em São Paulo, pela divulgação sobre a conscientização do trabalho da auditoria interna, apontando o Presidente, Desembargador João Ziraldo Maia, como um grande incentivador. O servidor também informou que, nesse evento, foi veiculado um vídeo, citando o Presidente do TRE-RJ, transmitindo as congratulações para o Instituto dos auditores internos do Brasil, incluindo os presentes no evento.

Por fim, o secretário enfatizou que o trabalho de colaboração entre a Secretaria de Auditoria Interna, a Diretoria Geral e a Presidência tem permitido uma interação profícua que facilita a execução da função da auditoria interna.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À EJE

Nome	Respon-sável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas	EJE	180,17%	125,00%	144,13%	Ótimo
IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas	EJE	80,52%	90,00%	89,47%	Ótimo

A diretora-geral, Eline, registrou a presença da Diretora da Escola Judiciária Eleitoral, Desembargadora Eleitoral Daniela Bandeira de Freitas, e passou a palavra para a assessora da EJE, Rita de Cassia de Carvalho e Silva Marques de Abreu.

Rita ressaltou que o foco principal da EJE neste ano, tendo em vista o patrocínio recebido pelo Presidente Desembargador João Ziraldo Maia, foram as ações socioeducativas. A assessora teceu os seguintes comentários sobre os projetos “Partiu Votar” e “Visita ao TRE”, que foram inscritos no prêmio CNJ:

- o programa “Partiu Votar”: é um projeto que o Tribunal vai até o município com maior índice de estudantes não alistados, conversa com os estudantes nas escolas, ministra uma palestra, leva a “Justiça Itinerante” e emite o título eleitoral desses alunos. As ações atenderam a três municípios neste ano, a saber: Paty do Alferes, Rio Bonito e São José do Vale do Rio Preto. O programa teve como resultado o aumento expressivo do percentual de estudantes alistados nesses municípios. Destaca-se a convocação dos juízes, por parte do Presidente Desembargador João Ziraldo Maia, para participarem das ações. Sobre essa experiência, a EJE recebeu muitos e-mails de elogios e agradecimentos, com manifestações de ter sido uma ótima experiência.
- “Visita ao TRE”: o projeto consistiu na visita de estudantes na Sede do TRE-RJ. Destaca-se a participação do Desembargador - Vice-Presidente e Corregedor [Henrique Carlos de Andrade Figueira](#), que assumiu e abraçou o projeto durante as férias do Presidente Desembargador João Ziraldo Maia, recepcionando os estudantes durante uma sessão do Tribunal.

A assessora da EJE informou que a EJE foi convidada para participar da 6ª edição da SAEG (Semana da Avaliação em Escolas do Governo), que é um encontro de escolas de governo. Relatou que a diretora da EJE, Desembargadora Daniela Bandeira, juntamente com o Vice-Diretor Desembargador Eleitoral Bruno Vinícius da Ros Bodart da Costa, apresentaram um projeto sobre grupos minorizados, no evento, que ocorreu na Suíça. A assessora anunciou que a expectativa é que no próximo ano a EJE consiga novamente apresentar um outro projeto nesse evento.

Rita destacou outra ação, o Seminário da EJE-RJ que abordou temas relevantes para o futuro da Justiça Eleitoral. Realizado na última sexta-feira (24/11), a assessora pontuou que o evento contou com a presença do Desembargador Vice-Presidente e Corregedor [Henrique Carlos de Andrade Figueira](#).

Rita informou que há a previsão da inclusão de um quesito de capacitação de magistrados(as) em matéria eleitoral, valendo até 40 pontos, no próximo Prêmio CNJ (ano 2024). Pontuou que a realização de um curso de 30 horas para os magistrados(as) será um novo desafio para o Tribunal.

Ao ser questionada sobre a possibilidade da capacitação ser realizada em parceria, a assessora esclareceu que, por ser um requisito do prêmio do CNJ, acredita que não seria possível. Destacou que o Tribunal possui uma mão de obra qualificada para ministrar o curso, ressaltando que há servidores que já fizeram o FOFO, que é importante para ter o credenciamento da ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados). Explicou que, para os magistrados(as) ganharem uma pontuação na carreira, é importante que a capacitação tenha professores formados pelo FOFO, que é

um curso de desenvolvimento de docentes da ENFAM. Eline reforçou que há servidores do TRE-RJ que possuem competência para ministrar a capacitação.

O Presidente, Desembargador João Ziraldo Maia, exemplificou um caso quando fez parte da banca do concurso da magistratura. Relatou que elaborou uma pergunta de nível fácil, mas de natureza prática. A pergunta referia-se ao tema prestação de contas eleitorais. Das cem provas que corrigiu, apenas dois candidatos acertaram integralmente. Desse modo, o Presidente ressaltou a importância do conhecimento prático em Direito Eleitoral.

A diretora-geral agradeceu o empenho de cada um dos(as) secretários(as), inclusive àqueles(as) que não são vinculados à DG, e demais servidores(as) presentes. Agradeceu ainda a presença e a parceria da Secretaria da Vice-Presidência Corregedoria Regional, no nome da titular Lísia Barganha, e da Secretaria-Geral da Presidência, na pessoa de Mariana Figueiredo Corrêa.

Eline parabenizou todas as unidades pelos resultados apresentados e agradeceu o apoio e o patrocínio dos Presidente Desembargador João Ziraldo Maia e do Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira. Além disso, deu boas-vindas novamente ao Desembargador Peterson Barroso Simão.

O Presidente agradeceu imensamente o apoio recebido durante os dois anos em que esteve na Presidência, destacando a grande paixão que tem pela família eleitoral. Ressaltou que, desde que chegou ao TRE-RJ, identificou-se com a força de vontade e o espírito colaborativo de todos. Parabenizou a todos e transmitiu a cada servidor presente, estendendo aos demais servidores o seu agradecimento e abraço.

O Desembargador João Ziraldo Maia lembrou o sucesso das Eleições de 2022, enfatizando o empenho e a dedicação de todos os setores. Por fim, concluiu que esse comportamento é da essência do TRE-RJ.

A diretora-geral, Eline Íris, agradeceu ao Robson Sobrinho e a Cplan, destacando o trabalho e o empenho da coordenação na preparação e na condução da reunião.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

1 Secretarias (SAD, SGP, SAU, STI, SSG, SJD e SOF), COSOC, EJE, Presidência, VPCRE e DG.

² Há a seguinte observação na ficha técnica do IE 42: “*Para fins do indicador serão contabilizados os cursos não previstos no Plano Anual de Capacitação (PAC), desde que devidamente validados pelo Comitê Gestor da Estratégia*”.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2024

HUGO GONZALEZ DOS SANTOS
SECRETÁRIO(A) DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2024, às 18:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FABRICIO CAMPOS BATISTA
ASSISTENTE III DA COORDENADORIA DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2024, às 18:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ANDERSON LUIS OHLAND
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2024, às 18:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ANDRE LUIZ TRINDADE ROCHA
ASSESSOR(A) DE MONITORAMENTO



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2024, às 18:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RENATA MOTTA GERONIMI
SECRETÁRIO(A) DE GESTÃO DE PESSOAS



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2024, às 20:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

TATIANA DE FREITAS KAGOHARA
ASSESSOR(A) DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO



Documento assinado eletronicamente em 03/06/2024, às 12:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ALEXANDER MORAES ROCHA
SECRETÁRIO(A) DE ADMINISTRAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 03/06/2024, às 13:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RITA DE CASSIA DE CARVALHO E SILVA MARQUES DE ABREU
ASSESSOR I



Documento assinado eletronicamente em 03/06/2024, às 14:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RODRIGO DA ROCHA CAMARGOS
SECRETÁRIO(A) DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Documento assinado eletronicamente em 03/06/2024, às 16:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

VIVIAN MARIA NOGUEIRA BACELAR
CHEFE DA OUVIDORIA ELEITORAL



Documento assinado eletronicamente em 03/06/2024, às 17:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ALDENIR ACIMEN DE MORAES
ASSISTENTE I



Documento assinado eletronicamente em 03/06/2024, às 17:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MILENE GONCALVES CATER
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V



Documento assinado eletronicamente em 04/06/2024, às 15:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

LARISSA DE MATOS BIAJOLI
CHEFE DA SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS



Documento assinado eletronicamente em 04/06/2024, às 16:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

LISIA ALVES BAGANHA
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 04/06/2024, às 17:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MARIANA FIGUEIREDO CORREA
SECRETÁRIO(A)-GERAL DA PRESIDÊNCIA



Documento assinado eletronicamente em 05/06/2024, às 12:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ PEREIRA
SECRETÁRIO(A) DE AUDITORIA INTERNA



Documento assinado eletronicamente em 05/06/2024, às 17:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

CAMILA NOGUEIRA DA GAMA DE OLIVEIRA
ASSISTENTE III



Documento assinado eletronicamente em 05/06/2024, às 17:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

SORAYA PREVITALI MORISSON
ASSESSOR(A) ADMINISTRATIVO(A) DA DIRETORIA GERAL



Documento assinado eletronicamente em 06/06/2024, às 13:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

SIMONE MARQUES BRASIL NEPOMUCENO
OFICIAL DE GABINETE DA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA



Documento assinado eletronicamente em 06/06/2024, às 13:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

LUCIANA DE ANDRADE LIMA HAZIN LAMEGO
**ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO**



Documento assinado eletronicamente em 10/06/2024, às 15:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MICHEL MARCHETTI KOVACS
SECRETÁRIO(A) DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 14/06/2024, às 15:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ELINE IRIS RABELLO GARCIA DA SILVA
DIRETOR(A)-GERAL



Documento assinado eletronicamente em 16/06/2024, às 03:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

STEFANO SALES TEIXEIRA
COORDENADOR(A) DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



Documento assinado eletronicamente em 18/06/2024, às 16:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

JULIANA DORO RODRIGUES
CHEFE DA SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS ESTRATÉGICOS



Documento assinado eletronicamente em 24/06/2024, às 14:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

PATRICIA FERRARO DE AVELLAR COUTINHO
ASSESSOR(A) DE PLANEJAMENTO DE ELEIÇÕES



Documento assinado eletronicamente em 28/06/2024, às 16:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

VIVIAN DE SA REIS
ASSISTENTE III DA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



Documento assinado eletronicamente em 01/07/2024, às 15:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

SUZANA MARTINS RAMOS PINTO
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 01/07/2024, às 15:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

JOSE DE TARCIO FONSECA TEIXEIRA
ASSISTENTE V DE GRANDES PROJETOS I



Documento assinado eletronicamente em 01/07/2024, às 16:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

CLAUDECI ELIAS SIQUEIRA DE OLIVEIRA
CHEFE DA SEÇÃO DE INTELIGÊNCIA DE DADOS ESTRATÉGICOS



Documento assinado eletronicamente em 01/07/2024, às 17:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

LUCIANNA BRANDAO
ASSISTENTE V DE GRANDES PROJETOS II



Documento assinado eletronicamente em 02/07/2024, às 11:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

JULIANA PEDROSA CHAHON KELMANSON
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)



Documento assinado eletronicamente em 02/07/2024, às 13:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

ISMAEL CRISTOVAO MOREIRA CESAR DE MOURA
ASSESSOR JURÍDICO



Documento assinado eletronicamente em 03/07/2024, às 17:56, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

ROBSON ALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 24/09/2024, às 18:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

ANA LUIZA CLARO DA SILVA
SECRETÁRIO(A) JUDICIÁRIA



Documento assinado eletronicamente em 27/09/2024, às 14:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

ALYNE COSTA ROCHA NUNES PINTO
ASSISTENTE I



Documento assinado eletronicamente em 27/09/2024, às 17:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

LETICIA MAFFEI BURGOS FEITOSA
CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA



Documento assinado eletronicamente em 27/09/2024, às 17:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3774202** e o código CRC **698D847E**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.
